





Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas

Evaluar en Profundidad: Dimensiones Epistemológicas, Metodológicas y Experiencias Prácticas desde una Nueva Perspectiva de Evaluación de Políticas Públicas

To evaluate in Depth: Epistemological, Methodological Dimensions and Practical Experiences from a New Perspective of Public Policy Evaluation

Paulo Torres Júnior¹ 
Alcides Fernando Gussi² 
Paulo Junior Barbosa da Silva³ 
Tiago Amorim Nogueira⁴ 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n2.53154

Recebido em: 05/06/2020

Aprovado em: 29/06/2020

Resumo: O artigo analisa as dimensões epistemológicas e metodológicas, e experiências práticas da perspectiva de Avaliação em Profundidade - AP, proposta por Rodrigues (2008), no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – MAPP/UFC, que problematiza as avaliações convencionais e engloba novas dimensões que visam aproximar a avaliação dos sujeitos e contextos nos quais efetivamente as políticas são implementadas. Metodologicamente, este artigo centra-se na pesquisa bibliográfica, apresentando as contribuições de autores que versam sobre da AP, bem como analisando três experiências práticas de avaliação, realizadas por discentes do MAPP e que se aproximam dos pressupostos da AP. Como resultados, construiu-se a análise de uma trajetória intelectual da AP, que dialoga com paradigmas interpretativos de avaliação, afastando-se, epistemológica e metodologicamente, de paradigmas convencionais hegemônicos no campo da avaliação de políticas públicas. Por sua vez, as práticas avaliativas revelam como AP tem se construído, efetivamente, em avaliações substantivas realizadas no MAPP. Por fim, as considerações finais ressaltam as especificidades da AP ao incorporar, na avaliação, a compreensão da experiência concreta da política e a sua aproximação com os sujeitos, constituindo um horizonte para a afirmação de conhecimento mais democrático na avaliação políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Epistemologias e Metodologias de Avaliação; Avaliação em Profundidade.

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC) – E-mail: paulo_torresjr@yahoo.com.br.

² Universidade Federal do Ceará (UFC) – E-mail: agussi@uol.com.br.

³ Universidade Federal do Ceará (UFC) – E-mail: paulo-junior94@live.com.

⁴ Universidade Federal do Ceará (UFC) – E-mail: humanitariumm@gmail.com.

Resumen: El artículo analiza las dimensiones epistemológicas y metodológicas, y las experiencias prácticas desde la perspectiva de la Evaluación en Profundidad - EP, propuesta por Rodrigues (2008) en los marcos del Máster en Evaluación de Políticas Públicas de la Universidad Federal de Ceará – MAPP/UFC. La EP reflexiona las evaluaciones convencionales al traer nuevas dimensiones que tienen como objetivo acercar la evaluación de los sujetos y de los contextos donde las políticas se implementan. Metodológicamente, este artículo se centra en la investigación bibliográfica, presentando las contribuciones de los autores que se ocupan de la EP, así como se analiza tres experiencias prácticas de evaluación, realizadas por estudiantes del MAPP y que están cercanas de los fundamentos de la EP. Como resultado, se construyó el análisis de una trayectoria intelectual de la EP, que dialoga con paradigmas interpretativos de evaluación, alejándose, epistemológicamente y metodológicamente, de los paradigmas hegemónicos convencionales del campo de la evaluación de políticas públicas. A su vez, las prácticas de evaluación analizadas revelan cómo la EP se ha construido de manera efectiva em evaluaciones sustantivas realizadas en el MAPP. Finalmente, las consideraciones finales resaltan las especificidades de la EP al incorporar, en la evaluación, la comprensión de la experiencia concreta de la política y su aproximación con los sujetos, lo que constituye un horizonte para la afirmación de un conocimiento más democrático en el campo de la evaluación de las políticas públicas.

Palabras claves: Políticas públicas; Epistemologías y Metodologías de Evaluación; Evaluación de profundidad.

Abstract: The article analyzes the epistemological and methodological dimensions, and practical experiences from the perspective of “evaluation in depth” - ED, proposed by Rodrigues (2008), within the scope of the Master in Public Policy Assessment at the Federal University of Ceará - MAPP / UFC. This perspective problematizes the conventional evaluations and encompasses new dimensions that aim to approximate the evaluation of subjects and contexts where policies are effectively implemented. Methodologically, this article focuses on bibliographic research, presenting the contributions of authors who dealing with ED as well as analyzing three practical experiences of evaluation, carried out by MAPP students and which are close to the premises of ED. As results, the analysis of an intellectual trajectory of the ED is built, which dialogues with interpretive evaluation paradigms, moving away, epistemologically and methodologically, from conventional hegemonic paradigms in the field of public policy evaluation. In turn, evaluative practices reveal how ED has been effectively built on substantive evaluations carried out at MAPP. Finally, the final considerations highlight the specificities of the ED in incorporating, in the evaluation, the understanding of the concrete experience of the policy and its approximation with the subjects, constituting a new perspective for the affirmation of more democratic knowledge in the evaluation of public policies.

Keywords: Public Policies; Epistemologies and Evaluation Methodologies; Evaluation in Depth.

1. Introdução

O campo de estudos e práticas da avaliação de políticas públicas tem sido orientado historicamente por modelos tecnicistas que buscam resultados de avaliações direcionados para a verificação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas. Trata-se de uma perspectiva hegemônica nesse campo, amplamente difundida e alinhada com a agenda econômica e a política neoliberal contemporâneas (Rodrigues, 2008; Gussi & Oliveira, 2016).

Contudo, ainda que pese a hegemonia do paradigma tecnicista, ancorado na abordagem positivista no campo da avaliação das políticas públicas, outras perspectivas têm surgido nas últimas duas décadas⁵, emergindo avaliações que apresentam novas perspectivas epistemológicas e metodológicas com a configuração de enfoques contra hegemônicos no campo da avaliação (Gussi & Oliveira, 2016).

Neste contexto, situa-se a avaliação em profundidade - AP⁶, proposta por Rodrigues (2008), no âmbito do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC)⁷. Rodrigues (2008) parte da inquietação epistemológica de que concepções e modelos positivistas, em abordagens lineares, reduzem o conhecimento avaliativo à análises objetivadas de dados coletados, limitando a avaliação à construção estrita de indicadores de resultados em aderência, única e exclusiva, aos objetivos previamente formulados pela política (eficácia), a relação custo-benefício (eficiência) e a avaliação de impactos (efetividade em relação ao proposto e previsto).

Para responder a essa inquietação, Rodrigues (2008) delinea a AP apresentando novas dimensões epistemológicas e metodológicas acerca da avaliação de políticas públicas. A proposta da AP vai além da construção indicadores objetivados de avaliação quantitativos e estatísticos, que estão em anuência aos critérios formais pré-definidos pela política, enveredando a avaliação para o campo da compreensão interpretativa da política pública por meio da busca de sentidos e significados construídos pelos próprios sujeitos que experienciam o programa ou política pública.

⁵ Ver Guba e Lincoln (2011).

⁶ A avaliação em profundidade doravante, neste artigo, será nomeada como AP.

⁷ O MAPP constitui um mestrado profissional e interdisciplinar, criado em 11/09/2000, e direciona sua área de concentração para a avaliação de políticas públicas, o que o distingue de outros cursos e programas orientados para o campo geral das políticas públicas. Conta com 209 dissertações defendidas até o ano de 2019, que compreendem avaliações de diferentes setores das políticas públicas, abordando temáticas amplas relacionadas a essas políticas. <http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/apresentacao>.

Este artigo objetiva analisar as dimensões epistemológicas e metodológicas da AP, construindo sua trajetória intelectual a partir de estudos teóricos e pesquisas desenvolvidos entre 2008 e 2019. Além disso, realiza-se uma análise de experiências práticas de avaliação de políticas públicas específicas que circunscrevem a esta perspectiva de avaliação.

Metodologicamente, neste artigo, recorre-se à pesquisa bibliográfica sobre a produção intelectual acerca da AP, abordando ideias e argumentos de autores considerados centrais na construção dessa perspectiva, desde suas bases epistemológicas em Lejano (2012) e a proposta inicial detalhada em Rodrigues(2008), bem como sobre seus desdobramentos teóricos posteriores, consubstanciados pela noção de trajetória em Gussi (2008), a construção de indicadores socioculturais em Gonçalves (2008), a dimensão política e cultural da AP (Carvalho & Gussi, 2011); a abordagem antropológica de avaliação em Gussi (2015) e a discussão de paradigmas contra hegemônicos de avaliação de políticas públicas e a AP em Gussi e Oliveira (2016, 2016a; 2016b) e Cruz (2019). Este artigo também recorre ao estudo de práticas orientadas no seio dessa perspectiva avaliativa a partir de três dissertações, defendidas no MAPP/UFC, as de Silva (2010), Pinto Jr (2010) e Almeida (2012).

Este artigo está estruturado da seguinte forma: 1. A introdução, em que se delineiam os objetivos, metodologia e formato do artigo; 2 – A dimensão epistemológica da AP e 3 – A dimensão metodológica, que apresentam os aspectos da fundantes da AP e seus desdobramentos teórico-metodológicos, considerando as contribuições de vários autores na construção da trajetória intelectual da AP; 3 – Experiências práticas da AP, em que se realiza uma análise de três dissertações, reveladoras como a AP tem se construído, na prática, pelos discentes do MAPP, a saber: de Silva (2010) em 3.1. Uma avaliação do Programa Crediamigo do BNB – Banco do Nordeste; de Pinto Jr (2010) em 3.2. Uma avaliação do Programa Nacional de Atenção Cardiovascular; e Almeida (2012) em 3.3. Uma avaliação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS do BNB. Essa análise das práticas avaliativas conclui-se em 3.4. Uma síntese das práticas avaliativas: uma aproximação com a AP. Em seu término, as considerações finais deste artigo apresentam uma síntese da trajetória teórica-metodológica da AP e lançam desafios, a partir desta perspectiva, quanto à afirmação de uma dimensão política que leve à democratização do conhecimento em avaliação de políticas públicas.

2. A dimensão epistemológica da AP

Sob a ótica de um Estado firmado em bases gerencialistas e neoliberais (Oliveira 2011), o pensar avaliativo de políticas públicas, nos últimos anos, tem sido determinado por um modelo de ajuste político e econômico que busca a formação de uma agenda de políticas públicas que prima pela busca de resultados⁸.

Nesse contexto, a avaliação de políticas públicas transformou-se numa forma de mensuração dos resultados das políticas que, por meio de uma metodologia, muitas vezes pré-definida, afere a sua eficiência, eficácia e efetividade, tendo como parâmetros, principalmente, dados estatísticos que se voltam para justificar sua viabilidade política (Oliveira, 2011).

Em um movimento contrário, Rodrigues (2008), ao fundamentar as bases que sustentam a AP, problematiza as avaliações gerencialistas afastando-se, epistemologicamente, do paradigma positivista, que marcam dessas avaliações, inspirando-se, como se verá adiante, no “sentimento pós-construtivista” de Lejano (2012).

O paradigma positivista, advindo das Ciências Naturais, busca fazer um paralelo entre as leis da natureza e a vida social. Assim, adota um modelo fechado e linear com o intuito de verificar hipóteses previamente estabelecidas, privilegiando a objetividade na construção do conhecimento (Braga & Braga, 2014). São os valores paradigmáticos desse modelo epistemológico que permeiam hegemonicamente a avaliação de políticas públicas, traduzidos por seus critérios *a priori* definidos de eficiência, eficácia e efetividade, a serem objetivamente buscados na avaliação.

Do ponto de vista operacional, essas avaliações, orientadas por esses princípios, privilegiam a utilização das metodologias quantitativas, baseadas, sobretudo, no tratamento econométrico ou estatístico para subsidiar a construção dos indicadores. Ainda, há que se considerar que essas avaliações enfatizam a neutralidade científica ao propor a separação entre o sujeito (avaliador) e objeto (a política avaliada), pretensamente

⁸ Com o propósito de buscar legitimidade no processo de avaliação de políticas públicas, o Estado adotou ações na Administração Pública para que essa opere como uma empresa privada e, por conseguinte, adquira eficiência, reduza custos e obtenha uma maior eficácia na prestação de serviços (Motta, 2013). Tais objetivos encontram-se na *New Public Management* (NPM), baseada nos ideais do liberalismo clássico, sobretudo quanto à redução do escopo e do tamanho do Estado e à inserção dos mecanismos e estratégias de mercado no governo. Esse processo, percebido no Brasil a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, foi denominado por alguns autores como a Reforma Gerencialista do Estado brasileiro (Vieira, 1997; Derlien, 2001; Faria, 2005), na qual a função de avaliação de políticas públicas institucionalizou-se como um instrumento de cunho gerencial (Faria, 2005).

isolando a avaliação de toda e qualquer interferência subjetiva para que se possa verificar, mensurar e controlar o objeto estudado.

Contudo, para Lejano (2012), que, como se verá, inspira a AP, este paradigma de inspiração positivista produz uma lacuna na análise da política pública entre a teoria e a prática. O autor adverte que esta lacuna se configura “como o hiato existente entre o libreto e a ópera, entre o texto e o contexto” (Lejano, 2012, p.193). Ao contrário, o autor sustenta a necessidade de se compreender analiticamente a natureza múltipla e complexa da experiência da política, derivando daí a necessidade da fusão entre texto da política (sua teoria) e o campo da prática.

De modo a superar tal limitação, apresenta um modelo de análise de política como um modelo de conhecimento advindo da experiência das pessoas ou grupos inseridos em uma determinada situação da política. Nesta virada epistemológica, o analista não é o pensador (sujeito) olhando de forma distante para a maré (objeto), como diz Lejano, mas ele é um “peixe que nada no oceano” (Lejano, 2012, p. 206).

Desse modo, o pesquisador/avaliador visa chegar mais perto da experiência da política a partir da análise de diferentes conhecimentos empíricos sobre ela, sem, contudo, pretender “tornar-se um nativo”, mas sim adentrar nas diferentes dimensões e complexidades da experiência por meio de recursos metodológicos e técnicas de pesquisa distintas, como, por exemplo, entrevistas, pesquisas de artefatos documentais escritos, técnicas de observação, dentre outros (Lejano, 2012).

A AP toma como referência o nominado “sentimento pós-constructivista”, traduzido pela abordagem experiencial da política, proposto por Lejano (2012), ao primar a experiência, valorizando a complexidade e a multidimensionalidade dos contextos onde as políticas são implementadas para construir uma nova perspectiva de avaliação de políticas públicas (Rodrigues, 2008)⁹.

Com base na epistemologia de Lejano (2012), Rodrigues (2008) apresenta as proposições iniciais da AP¹⁰, apontando que esta deve ser extensa, detalhada, densa,

⁹ Vale ressaltar que esse referido posicionamento de Lejano (2012) baseia-se numa perspectiva antropológica, em especial, no interpretativismo de Geertz (2004), especialmente na proposta etnográfica deste último de “descrição densa”. A “descrição densa” de Geertz, segundo Rodrigues (2011) constitui mais do que métodos e técnicas de investigação, pois refere-se, em especial, ao esforço intelectual do pesquisador na busca dos sentidos e significados dos sujeitos, que emanam do contexto em estudo, que inclui, evidentemente, os dados coletados” (Rodrigues, 2011, p. 57).

¹⁰ A proposta inicial da AP foi publicada no lançamento da primeira edição Revista Aval – Revista Avaliação de Políticas Públicas, editada pelo MAPP em Rodrigues (2008). Esse mesmo número da AVAL os artigos de Gussi (2008) e Gonçalves (2008) que detalham outros aspectos da proposta.

ampla e multidimensional, a permitir uma melhor apreensão da política em sua totalidade. Com isso, a autora reforça a utilização de recursos epistêmicos originários das Ciências Sociais e, em especial, da Antropologia Social, na intenção de buscar a apreender uma visão ampliada sobre a formulação e implementação das políticas. Para isso, Rodrigues sugere a adoção de instrumentais teórico-metodológicos, com possíveis utilizações de aproximações etnográficas, para a realização de estudos avaliativos sobre as políticas públicas.

Nesse intuito, Rodrigues (2008) apresenta os fundamentos da sua proposta avaliativa por meio de quatro eixos analíticos da AP:

- (i) Análise de Conteúdo do Programa, abordando a formulação, as bases conceituais e a coerência interna da política;
- (ii) Análise de Contexto, que se refere ao levantamento de dados sobre o momento político, social, econômico e cultural que levou à implementação da política ou programa;
- (iii) Trajetória Institucional, que busca a coerência do programa ao longo de suas vias institucionais;
- (iv) Espectro Territorial e Temporal, que dimensiona a implementação da política no contexto territorial de sua aplicação e as mudanças ao longo do tempo.

Ressalta-se que, no seu intuito, a AP não constitui um modelo linear, pré-estabelecido e pronto para ser aplicado. Intenciona, na verdade, compreender a trajetória da política como um todo, considerando todas as fases do ciclo das políticas públicas (agenda, formulação, implementação e monitoramento) a partir da experiência dos diversos atores envolvidos na política.

Consolidando esse primeiro momento de fundamentação da AP, Gussi (2008) aprofunda o eixo analítico de trajetória institucional da AP, inspirando-se na noção de trajetória de Bourdieu (1986, p. 189), definida por este autor como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele próprio um devir submetido a incessantes transformações”. Partindo dessa definição, Gussi (2008) considera o que entende por trajetória institucional da política:

Similarmente ao que propõe Bourdieu para pensar a trajetória de uma vida, a proposta metodológica que ora apresento transpõe essa noção para considerar um programa [...]. Deste modo, parto da ideia de que o programa ou política pública não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos

nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição (Gussi, 2008, p. 34).

Assim, Gussi (2008) alarga, com o conceito de trajetória, as relações entre as políticas públicas e as instituições em seus múltiplos itinerários, considerando deslocamentos não lineares das políticas entre diferentes posições dos atores e grupos sociais, a fim de que sejam tomadas analiticamente na avaliação de políticas públicas.

Finalmente, ainda na proposta inicial da AP, Gonçalves (2008), ao tratar das tensões subjacentes às políticas públicas, no que tange aos valores implícitos na sua formulação, avança na construção de um olhar etnográfico, com destaque a dois pressupostos epistemológicos: ressignificação e totalidade. Ao trazer para o centro da discussão os conflitos entre os valores que se pretendem universais (hegemônicos) e as tradições culturais particulares, a autora sustenta que as políticas ou programas e, em última instância, as avaliações, devem tocar em dimensões de ordem econômica, relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias, cultura, geografia, rede de proteção social, concepções e projetos de desenvolvimento local e sistema educacional.

Trata-se, a partir dos argumentos de Gonçalves (2008), de ancorar uma avaliação que permita a construção de novos indicadores sócio culturais, que emergem na pesquisa de campo, constituídos na articulação entre tempos e territórios específicos, e as intencionalidades gerais das políticas implementadas.

Os fundamentos da AP, propostos pelos eixos analíticos de Rodrigues (2008), a noção de trajetória de Gussi (2008) e a construção de indicadores sócio culturais de Gonçalves (2008) marcam o início da trajetória intelectual dessa perspectiva.

Em um segundo momento da produção teórica da AP, Carvalho e Gussi (2011) alargam o seu sentido político ao delinarem a AP como um processo de natureza sócio-política na medida em que potencialmente permite um esforço analítico de:

i) considerar as novas configurações dos padrões contemporâneos de intervenção do Estado; ii) adentrar no universo cultural, onde os diferentes sujeitos envolvidos nesta política se movimentam e se constituem; iii) circunscrever o jogo de interesses sociais, no âmbito das relações de poder e iv) configurar agendas públicas em diferentes conjunturas (Carvalho & Gussi, 2011, p. 6).

Os autores destacam, ainda, que esta perspectiva sócio-política constitui uma construção processual do avaliador, dando ênfase ao seu lugar sócio-político, o qual conforma suas perspectivas teórico-metodológicas, tornando explícitas, a partir da

pesquisa, suas concepções de Estado, políticas públicas e avaliação e, portanto, revelando que essa última nunca é um exercício desinteressado e formal (Carvalho & Gussi, 2011).

Especificamente, Gussi (2015) enfatiza a dimensão cultural na construção da AP ao reforçar o seu foco nas relações entre os distintos sujeitos sociais envolvidos nas políticas, imersos em universos de sentidos e significados, nos contextos de suas culturas. Em outras palavras, em Gussi e Oliveira (2015) propõe a construção de um novo *ethos* epistemológico de avaliação, mais estruturado e crítico, que incorpore outras dimensões da política a partir da diversidade de atores e seus contextos.

Em um terceiro momento de sua trajetória, a AP passa a ser localizada no campo epistemológico e político geral da avaliação de políticas públicas. Gussi (2015), ao se reportar sobre este campo, tomando a AP como referência, inicia a discussão sobre a emergência de uma contra hegemonia, destacando a necessidade das avaliações superarem os limites dos modelos convencionais positivistas. Ao reconhecer o lugar da AP nesse campo como contra hegemônico, Gussi (2015) considera um conjunto de elementos que demarcam uma avaliação que se reconheça assim posicionada:

- (...) - uma avaliação baseada na experiência empírica dos programas/políticas, atentando para como são executados no seu cotidiano institucional e fora dele;
- uma avaliação baseada na construção das trajetórias institucionais dos programas/políticas em foco, associadas às trajetórias de vida dos participantes (Gussi, 2008);
- uma avaliação participativa, com foco no ponto de vista de distintos sujeitos institucionais e/ou beneficiários acerca dos programas e políticas, que resulta numa compreensão hermenêutica da política e não no seu julgamento final;
- uma avaliação com a articulação entre o texto do programa (marcos legais, conceitos, objetivos e ações) e os seus distintos contextos: histórico, econômico, político e social (Lejano, 2012);
- uma avaliação que permite a formulação de novos indicadores socioculturais, construídos na/com a etnografia, chamando atenção para outras dimensões, tais como, sociais, culturais, políticas e ambientais (Gonçalves, 2008);
- uma Avaliação em Profundidade (Rodrigues, 2008, 2011), sob uma perspectiva antropológica, como um campo epistemológico acerca da avaliação de políticas públicas de caráter social (Gussi, 2015, pp. 22-23).

No sentido de firmar a contra hegemonia no campo da avaliação a partir da AP, Gussi e Oliveira (2016) colocam novas possibilidades epistêmicas da avaliação de políticas públicas ao problematizarem suas formas, usos e intencionalidades. A princípio, os autores interpelam epistemologicamente a avaliação com as seguintes perguntas: “para

que avaliar? Como avaliar? Avaliar, para quem? Qual o sentido de avaliar políticas públicas no atual contexto político brasileiro?” (Gussi & Oliveira, 2016, p. 1). Em seguida, afirmam que tais questões apontam para a necessidade de “construção de outros parâmetros de avaliação que vão além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos pré-concebidos e se distanciem da agenda política e do modelo técnico-formal de avaliação” (Gussi, 2015, p. 1).

Finalmente, no mesmo sentido de afirmação da AP como contra hegemônica, Cruz (2019) salienta, como ponto central de diferenciação dessa perspectiva, a apreensão de subjetividades, elemento chave para entender as nuances e tensões que emergem no fazer avaliativo. A autora aproxima o campo da análise, da compreensão dos sujeitos (incluindo aí o pesquisador/avaliador), à construção de indicadores com base em dados qualitativos, considerando:

Trata-se de perceber como as políticas se desenvolvem, para quem se destinam, qual sua extensão e multidimensionalidade, quais os efeitos alcançados, a que custo ocorreram e, ainda, que dados apontam para a construção de novos indicadores que permitam avaliar a política de forma ampla, densa e profunda (Cruz, 2019, p. 15).

Percebe-se, então, na trajetória intelectual da AP, que esforços analíticos de variados autores, oriundos de diversos campos disciplinares, ainda que com predomínio das Ciências Sociais, sustentam, nos últimos dez anos, a construção dos seus sentidos epistemológicos. Tratam-se de contribuições intelectuais que avançam, conforme suas respectivas áreas de estudo desde os eixos analíticos da AP inicialmente propostos por Rodrigues (2008), e os delineamentos de novos aspectos, como a construção de indicadores socioculturais (Gonçalves, 2008), a noção de trajetória (Gussi, 2008), a dimensão político-cultural (Carvalho & Gussi, 2011) e a AP como proposta contra hegemônica no campo da avaliação de políticas públicas (Gussi, 2015; Gussi & Oliveira, 2016).

De modo geral, essas ideias solidificam a AP como uma perspectiva que não se limita à mera técnica, mas que também se volta para uma produção analítica e crítica nova acerca da avaliação de políticas públicas.

3. A dimensão metodológica da AP

A AP assume uma matriz teórico-metodológica, como abordado no item anterior, que amplia os sentidos da construção do conhecimento em avaliação de políticas

públicas, tendo como foco central não a lógica da política pensada formalmente em seus próprios termos, mas sim articulações entre a política e os sentidos e significados, a ela atribuídos, pelos sujeitos.

Isso posto, não se limitando a uma abordagem estrita, a AP aproxima-se, de forma experiencial, aos contextos, social, econômico, político, ambiental e institucional em que se inserem os sujeitos. Entre os sujeitos e o contexto, o avaliador faz a coleta de dados acerca da política avaliada na busca de especificidades territoriais da política implementada e seus resultados sob o ponto de vista de múltiplos atores.

Nesse sentido, metodologicamente, a AP pressupõe considerar uma lógica não linear de análise de dados, diferentemente do observado na lógica positivista, o que torna possível a construção de novos indicadores socioculturais (Gonçalves, 2008), advindos da visão êmica¹¹ dos sujeitos.

A perspectiva da AP firma-se partir de uma múltipla gama de métodos, como salienta Rodrigues (2008, p. 11):

Concordando com a ênfase dos interpretativistas no lócus empírico como fonte de conhecimentos a orientar os processos de implementação de programas, bem como sua avaliação; na noção de processo como balizadora de toda avaliação, em contraposição à lógica linear presente nos modelos positivistas de análise; e na assertiva de que o conhecimento produzido tem múltiplas dimensões, conclui-se, portanto, que o esforço para desenvolver uma avaliação em profundidade das políticas públicas deve ser empreendido a partir de diferentes tipos de dados e informações: questionários em novos e variados formatos; grupos focais que inovem em relação às propostas tradicionais; entrevistas de profundidade aliadas às observações de campo; análise de conteúdo do material institucional com atenção ao suporte conceitual e às formas discursivas nele expressas; abordagem cultural, com compreensão dos sentidos formulados, em diferentes contextos, sobre um mesmo programa; etc.

Nesse sentido, escolha por métodos e técnicas deve adequar-se ao nível de integração do pesquisador/avaliador nos *loci* da política, tendo como referência a sua formação acadêmica e disciplinar, bem como as problematizações suscitadas na pesquisa e o seu engajamento político-institucional.

Diante disso, a construção da metodologia de avaliação se dá a partir da pesquisa de campo. O pesquisador/avaliador observa a realidade e reflete acerca da construção das

¹¹ Trata-se de uma visão em que o pesquisador se propõe a apreender o conhecimento a partir de uma perspectiva empírica, dos sujeitos, levando em consideração os seus contextos socioculturais.

narrativas dos sujeitos em seus contextos, contrapondo-as às institucionalidades formais da política e, desse modo, promovendo interpretações analíticas a partir da realidade apresentada e vivenciada no seu campo de pesquisa, conforme preconiza Cruz (2019):

No campo, ele [o avaliador] pergunta, indaga, anota, registra, sente odores, escuta opiniões, percebe posicionamentos e, ao mesmo tempo, reflete sobre seu lugar. Fatos e valores estão intimamente relacionados, cabendo o controle da subjetividade. Tudo isso requer compreensões sobre os pressupostos filosóficos que alicerçam os paradigmas científicos e também treinamentos teórico-metodológicos para clareza na escolha dos quadros teóricos importantes na mediação dos dados, bem como dos métodos e das técnicas adequados para coletar dados empíricos que respondam questões (Cruz, 2019, p. 11).

Essa amplitude metodológica, para Gussi (2014), remete à postura relativista, tributária da antropologia social, pois contempla os vários destinatários das políticas e os significados que dão a elas, contudo, sem que o avaliador atribua a esses significados uma hierarquia de valores que tende a julgar sob o prisma de um único agente envolvido na política. Isso faz com que o pesquisador/avaliador tenha a tarefa de, metodologicamente, ir a campo e construir, por meio da observação participante e das técnicas de pesquisa a ela concernentes, uma ‘etnografia da experiência’ das políticas públicas, que constituirá a base de dados fundamental para a sua avaliação (Gussi, 2014).

Isso reforça o caráter multidimensional da AP, ganhando destaque a abordagem qualitativa da pesquisa:

Isso porque a apreensão de significados exige a realização de entrevistas aprofundadas e abertas; ou seja, entrevistas que não conduzam o entrevistado à resposta e que não lhe cerceiem o campo de reflexão, já lhe apresentando perguntas que pressupõem razões para o sucesso ou não da política ou do programa em estudo (...) (Rodrigues, 2011, p. 57).

Nesse sentido, a análise quantitativa, por si só, não apresenta recursos suficientemente capazes de promover uma avaliação multidimensional, densa e ampla. A que se ressaltar, contudo, que se deve aliar análises estatísticas aos discursos dos sujeitos e as teorias sobre as políticas públicas avaliadas, permitindo que os dados se organizem e se integrem, conferindo ao avaliador a possibilidade de traçar a sua compreensão sobre o contexto no qual a política foi implementada, seus deslocamentos por vias institucionais, suas bases conceituais, bem como suas promessas e feitos (Cruz, 2019).

Em trabalhos recentes, Rodrigues (2011, 2016) aponta para que se agregue à perspectiva da AP os procedimentos metodológicos da “análise situacional” de Van Velsen (1987), ante as possibilidades que esse recurso tem em detectar a escolha dos indivíduos, suas estratégias de ação, as contradições entre normas e ações, bem como a identificação de conflitos inerentes a uma situação e os mecanismos de resolução desses conflitos. Tais pontos qualificam os propósitos perseguidos pela AP para captar os processos de implementação da política e seus resultados, mostrando-se potencialmente capaz de apresentar uma proposição metodológica crítica que leve em conta variações, contradições e conflitos existentes nos *loci* da política.

Outro recurso metodológico, apontado por Rodrigues (2016) encontra-se no que Little (2006) nomeou por ecologia política. As contribuições da ecologia política remetem à apreensão da dinâmica dos conflitos locais por meio da identificação e análise dos principais atores envolvidos em embates, interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, bem como a ecologia política propicia a análise acerca das relações de poder.

Mas como pesquisadores/avaliadores vêm operacionalizando a AP? Vejamos a seguir algumas experiências de avaliação de programas e políticas, que permitem ser alinhadas a essa perspectiva de avaliação.

4. Experiências práticas da AP

Na intenção de trazer elementos da prática avaliativa para qualificar a perspectiva da AP, desenvolvida no seio do MAPP/UFC, buscamos três dissertações, analisadas à luz da proposta de Gussi (2017), que propõe uma metodologia de análise de avaliações já realizadas por meio de leituras orientadas que contemplem as seguintes dimensões:

- “(i) perguntas de partida, objetivos e pressupostos ou hipóteses da avaliação;
- (ii) marcos teóricos: paradigmas de avaliação adotados, suas afiliações teóricas e autores;
- (iii) categorias analíticas específicas à política avaliada e como essas se articulam à avaliação realizada;
- (iv) utilização de métodos quantitativos e/ou qualitativos, além da triangulação de métodos e de análises de dados, buscando encontrar singularidades e inovações nos desenhos avaliativos;
- (v) resultados alcançados e produção de indicadores, e suas intencionalidades; (vi) o lugar epistemológico e político do avaliador e como se problematiza esse lugar, nos liames entre a

subjetividade/objetividade na construção da pesquisa avaliativa” (Gussi, 2017, p. 6-7).

Seguindo esta proposta metodológica, como critério, foram escolhidas avaliações cujo desenho de pesquisa aproximam-se, em certa medida, dos elementos analíticos e metodológicas da AP.

4.1. Uma avaliação do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste - BNB¹²

A produção de Silva (2010), intitulada “Avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza”, exemplifica, de modo peculiar, como um novo *ethos* epistemológico (Gussi, 2015) vem se constituindo ao longo das dissertações do MAPP/UFC.

Antes de mais nada, Silva (2010) ressalta o seu lugar na pesquisa avaliativa, demarcado por sua formação como assistente social e sua experiência na implantação do Programa Crediamigo como especialista técnica do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o que lhe oferecem “o conhecimento empírico das condições de vida dos clientes que estavam no mercado informal e ingressaram no Programa Crediamigo” (Silva, 2010, p. 16).

Silva (2010) propõe avaliar os impactos do programa tendo como perguntas de partida: “(I) houve mudança nas condições de vida dos clientes que ingressaram no Programa? (II) E se houve, em que medida essas mudanças têm relação direta com o Crediamigo?” (Silva, 2010, p. 16). Logo, o seu objetivo geral aponta para avaliar os “impactos do Crediamigo nas condições de vida dos beneficiários de baixa renda, verificando sua relação com os processos de inclusão social e a cidadania” (Silva, 2010, p. 63), isto é, pretende avaliar os impactos a partir da experiência dos seus beneficiários, tendo como horizonte analítico a perspectiva de democracia social.

Isso posto, apesar de inicialmente buscar aportes teóricos alinhados à perspectiva de avaliação de impacto, citando autores como Nilson Holanda, Ala-Harja e Helgason, Silva (2010) dialoga com autores de matriz crítico-dialética, ao trazer Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2006) e sua perspectiva de avaliação em uma dupla dimensão,

¹² O Programa Crediamigo constitui um programa de microcrédito orientado, desenvolvido pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Sobre o Programa Crediamigo ver: <https://www.bnb.gov.br/crediamigo>.

técnica e política¹³. Alinhadas a tal perspectiva, desenvolve, como categorias centrais para sua análise ao longo da pesquisa, as noções de cidadania e inclusão social, a refletir como o programa em tela amplia tais dimensões.

Para tanto, metodologicamente, parte de uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, e a realização de entrevistas em profundidade, construindo histórias de vida de dois beneficiários do programa Crediamigo, antecedidas pela aplicação de trinta e dois questionários que mapearam quantitativamente os perfis dos beneficiários.

Em sua empreitada, Silva (2010) faz uma ampla análise de contexto de formulação e implementação do microcrédito, do nível mundial à realidade brasileira, problematizando questões acerca da mundialização financeira, o neoliberalismo e suas implicações para as políticas públicas, bem como discorra acerca das configurações do mundo do trabalho, entre a formalidade e a informalidade, o combate à pobreza e o microcrédito como via de inclusão social e efetivação da cidadania. Realiza, ainda, a reconstrução da trajetória do programa de microcrédito do BNB, analisando desde o seu desenho até a implementação do programa, reportando-se aos seus dilemas referentes a cada reconfiguração da política institucional do banco.

Contudo, seus indicadores de avaliação transcendem à própria perspectiva de avaliação apontada no título da pesquisa, pois, na verdade, Silva (2010) produz novos indicadores qualitativos sobre o programa tomando como foco a experiência dos usuários com a política a partir de suas histórias de vida. Assim, demonstra que os impactos do Crediamigo resultam no aumento da renda, mas não necessariamente resultam em impactos nas suas condições de vida de forma geral.

Sua recomendação final é a de que o Programa necessita:

Integrar-se com outros programas, buscando a inter-relação entre as diversas políticas para obter melhores resultados e acessos iguais em renda, inclusão social e cidadania, favorecendo mudanças sociais e melhores condições de vida. (Silva, 2010, p. 147).

A avaliação de Silva (2010) constitui uma das primeiras dissertações do MAPP/UFC a envolver a problematização de um programa no qual o avaliador/pesquisador está intimamente ligado, de modo a advogar a sua relevância

¹³ Silva e Silva (2008), em suas elaborações sobre avaliação de políticas e programas sociais, aponta para esta articulação, ao enfatizar a relação dialética da dimensão técnica e da dimensão política nos processos avaliativos.

social. Para tanto, utiliza-se de métodos mistos que trazem outros dados sobre a efetividade social do programa, abrindo novas possibilidades de compreensão do Crediamigo. Com isso, Silva (2010) amplia as perspectivas do programa por meio da construção de novos indicadores socioculturais multidimensionais, não demonstrados em avaliações convencionais.

Tal avaliação evidencia-se como um exemplo prático da virada epistemológica e metodológica, proposta pela AP, ao oferecer um outro prisma para se avaliar políticas e programas a partir da experiência de sujeitos, diretamente ligados à sua implementação.

4.2. Uma avaliação do Programa Nacional de Atenção Cardiovascular

A dissertação de Pinto Jr. (2010), intitulada “Avaliação da Política nacional de atenção cardiovascular de alta complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica”, avalia os impactos da referida política pública para os seus beneficiários. O autor, em sua avaliação, tece suas considerações acerca da implementação da política de atenção cardiovascular pediátrica no Brasil considerando seu lugar na pesquisa como médico cardiologista e gestor na área de saúde pública¹⁴.

Para tanto, Pinto Jr (2010) trabalha na construção de indicadores baseados em valores tais como equidade, integralidade e regionalização, embasando sua noção de avaliação a partir de autores como Boulmetis e Dutwin, Ala-Harja e Helgason. Contudo, o autor defende uma avaliação sistemática que prioriza o olhar da avaliação como ferramenta para a conquista de direitos sociais (Pinto Jr., 2010, p.79).

A metodologia aplicada foi desenhada a partir da proposta de uma pesquisa quantitativa, analisando dados secundários obtidos no DATASUS/MS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Ministério da Saúde, bem como realizou-se a aplicação de questionários e entrevistas. Contudo, o autor sentiu a necessidade de abordar o seu objeto avaliativo de forma contextualizada, na medida em que a política avaliada, de caráter nacional, apresentava diferenças quanto à sua implementação e resultados de acordo com características socioeconômicas distintas das regiões do país (Pinto Jr., 2010).

¹⁴ O relato da experiência profissional do autor resultou na publicação intitulada “Reflexões sobre a formulação de política de atenção cardiovascular pediátrica no Brasil” (Pinto Jr., Rodrigues, & Muniz, 2009).

Tal abordagem acerca da implementação da política confluiu para a utilização de métodos qualitativos em complementaridade com métodos quantitativos, utilizando também a pesquisa bibliográfica e documental a fim de reconstruir o contexto político e o processo de formulação e implementação da política pública sob avaliação (Pinto Jr, 2010). Para tanto, por meio de entrevistas, o autor recupera o posicionamento dos cirurgiões cardiovasculares e as considerações dos representantes de classe e gestores da política.

Isto posto, como resultados, o autor apresenta uma série de indicadores, tanto de natureza quantitativa como qualitativa. A esse respeito, importante mencionar a preocupação do autor na utilização dos eixos analíticos da AP, fazendo uma análise da trajetória institucional da Política Nacional de Atenção Cardiovascular ao abordar desde as tratativas acerca da criação do programa no âmbito do Ministério da Saúde, sua formulação, por meio dos marcos legais, e posterior implementação em todos os estados da federação brasileira. Assim, Pinto Jr. (2010) considera os distintos contextos territoriais e temporais onde a política é implementada, procurando apreender o percurso da política estudada de forma a confrontar as propostas e objetivos gerais da política com especificidades locais e suas historicidades.

Nesse sentido, o pesquisador amplia a dimensão compreensiva do processo avaliativo (Pinto Jr., 2010). Dentro de uma perspectiva metodológica mista de avaliação (quantitativa e qualitativa), alicerçadas nos eixos analíticos da AP, o autor alarga a dimensão do olhar avaliativo da política em uma perspectiva qualitativa, ampla e multidimensional, o que não se observa em outros trabalhos de avaliação que utilizam metodologias tradicionais, sem aportes analíticos acerca dos diferentes contextos onde são implementadas as políticas.

4.3. Uma avaliação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS do Banco do Nordeste - BNB

O trabalho de Almeida (2012) propõe uma avaliação de impacto promovido a uma rede cooperativa de economia solidária, a Associação das Mulheres em Ação - AMA/Budeg'AMA, a partir do ingresso dessa associação no Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), gerido pelo Banco do Nordeste.

Ante a trajetória da experiência profissional da autora, analista bancária do Banco do Nordeste, Almeida (2012), inicialmente busca trabalhar na perspectiva de AP

a partir de um dos seus eixos analíticos, a saber, a dimensão do contexto político (Rodrigues, 2008). Para tanto, traz, para sua avaliação, os pontos de vista das mulheres envolvidas no projeto, ao mesmo tempo em que traça recortes analíticos que se complementam a partir da adequação e ou discrepância do cooperativismo solidário ante o modelo de estado neoliberal.

Almeida (2012), ao tensionar elementos políticos, sociais, econômicos e culturais frente aos objetivos do programa, que objetiva ser uma forma alternativa ao crescente desemprego estrutural brasileiro, vai relacionando sua análise ao demais eixos da AP, ou seja, a trajetória institucional e o conteúdo conceitual do programa avaliado.

Tomando como referência a base teórica que fundamenta a AP (Rodrigues, 2008; Gussi, 2008; Gonçalves, 2008), a pesquisadora apresenta elementos da trajetória da Associação das Mulheres em Ação - MA/Budeg´AMA, construindo indicadores a partir da compreensão do contexto experienciado pelos atores do programa, as mulheres cooperativadas.

Nesse sentido, Almeida (2012) percorre a formulação do PAPPS e suas interfaces com a economia solidária, de modo a compreender a conjuntura no qual se insere para, com isso, viabilizar uma avaliação dentro dos moldes analíticos que procura.

Almeida (2012) apresenta o debate sobre o contexto político da economia solidária no Brasil, a partir da crise do capital, ocorrida nas três últimas décadas do século XX, com a aplicação da política neoliberal e, como contraponto, o surgimento da prática da economia solidária, perfazendo a trajetória das políticas de economia solidária no Banco do Nordeste do Brasil, especificamente o PAPPS, no período de 2005 a 2011.

Partindo de autores como Holanda, Ala-Harja-Helgason e Roche, utiliza uma abordagem quantitativa e qualitativa para a coleta dos dados. Sob uma abordagem quantitativa, foi possível conhecer o perfil socioeconômico das mulheres que participam da AMA/Budeg´AMA, mediante aplicação de *surveys*; e, por meio de uma abordagem qualitativa, foram realizadas observações de campo, entrevistas semiestruturadas e em profundidade, recolhendo percepções sobre o PAPPS e sobre os empreendimentos de economia solidária em geral das participantes da AMA e de agentes institucionais, pertencentes a Cáritas¹⁵ e ao BNB.

¹⁵ Sobre a Cáritas Brasileira, ver <http://caritas.org.br/>.

Almeida (2012) apresenta novos resultados sob o ponto de vista da dimensão social do empreendimento avaliado. A autora demonstra que o PAPPS modificou a sociabilidade das associadas ao fomentar redes coletivas criadas no âmbito do desenvolvimento das atividades laborais. Mesmo que, sob o ponto de vista econômico, Almeida (2012) mostre que o recurso financeiro aplicado pelo BNB não foi suficiente, na prática, para conduzir a autonomia econômica das mulheres ao identificar suas dificuldades para obter sua independência financeira por meio do empreendimento.

Almeida (2012) constrói, ainda, indicadores políticos de resultados nos quais as associadas encontram, no trabalho coletivo, motivações para levar adiante um projeto pessoal de cidadania, bem como apresenta indicadores ambientais, constatando a disposição e aptidão para o desenvolvimento de uma consciência de preservação ambiental, como a reciclagem de materiais.

A avaliação de Almeida (2012), muito além de identificar a eficácia de uma política pública por meio de critérios unicamente quantitativos, ou justificar sua eficiência por meio de dados econômicos, mostra outras dimensões sociais, de gênero, políticas e ambientais, advindas do trabalho desenvolvido pela associação e do recurso obtido do BNB. Com isso, demonstra a relevância dessas dimensões, comumente não abrangidas por avaliações tradicionais, ampliando a multidimensionalidade da avaliação, como propõe a AP.

4.4. Uma síntese das práticas avaliativas: uma aproximação com a AP

Por meio das três experiências práticas de avaliação de políticas públicas e de programas, é possível identificar elementos que as aproximam da perspectiva da AP, nas suas dimensões epistemológicas e metodológica, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Práticas em avaliação em profundidade das dissertações do MAPP/UFC

Práticas avaliativas MAPP/UFC	Dimensões epistemológicas e metodológicas da AP
Avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza (Silva, 2010)	<ul style="list-style-type: none">• Análise do contexto político e institucional;• Busca pelo conhecimento dos atores, a partir da experiência vivida no programa;• Indicadores qualitativos e multidimensionais
Avaliação da Política nacional de atenção cardiovascular de alta complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica (Pinto Jr., 2012).	<ul style="list-style-type: none">• Análise de conteúdo e dos marcos conceituais e legais da política;• Análise da trajetória da política;• Análise de contexto político de implementação da política;• Indicadores qualitativos e quantitativos
Avaliação dos impactos do programa de apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na experiência de economia solidária da AMA/BUDEG´AMA (Almeida, 2012)	<ul style="list-style-type: none">• Análise de conteúdo;• Análise do contexto (experiência);• Espectro territorial e institucional;• Indicadores socioculturais multidimensionais, com bases qualitativas e quantitativas;

Fonte: Elaboração própria.

Entende-se que as práticas de avaliação analisadas destacam o caráter analítico multidimensional das políticas ou programas avaliados. Para tanto, valem-se dos eixos analíticos da AP, trazendo elementos para além da eficiência, eficácia e efetividade da política ou do programa implementado ao ter, como parâmetros, aspectos relacionados aos contextos políticos, às trajetórias institucionais e aos contextos socioeconômicos e territoriais locais, aos quais os atores (e a política) estão circunscritos.

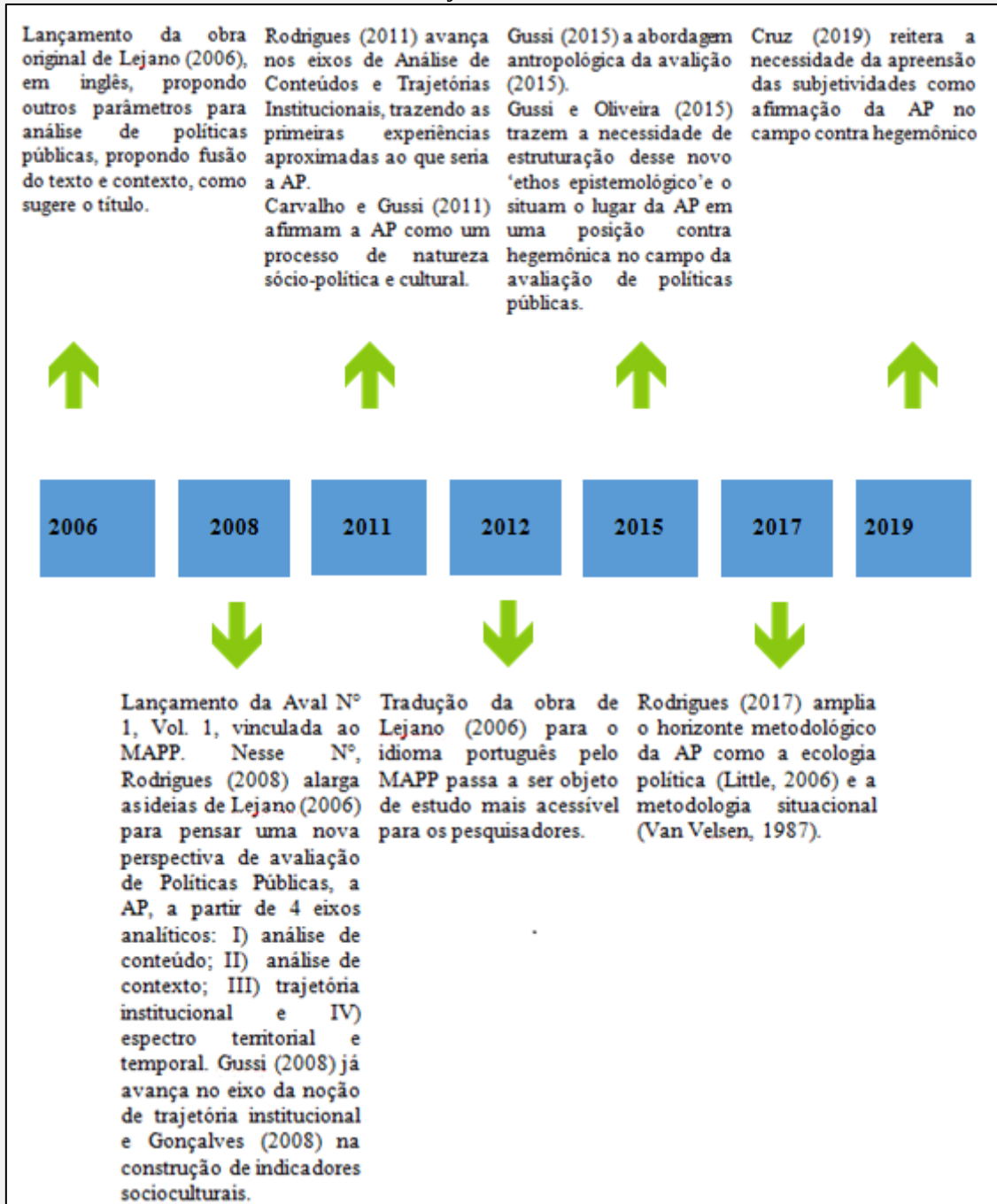
Por meio de ferramentas metodológicas diversas, entres abordagens qualitativas e quantitativas, as avaliações são compatíveis com os propósitos de uma perspectiva avaliativa densa, multidimensional, extensa, detalhada, ampla e multidisciplinar, nas quais os pesquisadores/avaliadores compreendem como os atores vivenciam a política. Tais aportes metodológicos suscitam a construção de novos indicadores que ressignificam o próprio objetivo da política ou do programa avaliado.

Por fim, as avaliações apresentadas promovem uma reflexão acerca da legitimidade das políticas públicas junto à sociedade, tendo como referência o olhar de distintos atores, cercando as suas trajetórias de vida e contextos, impactados pela ação pública e suas contradições.

5. Considerações Finais

A trajetória intelectual da AP, considerada aqui nos seus sentidos epistemológicos e metodológicos, bem como nas práticas avaliativas, vem se constituindo por meio de contribuições de diversos autores dos mais variados campos do conhecimento ao longo dos últimos 10 anos. A tabela 2 apresenta uma breve síntese acerca dessa trajetória:

Tabela 2: Trajetória intelectual da AP



Fonte: Elaboração própria.

A trajetória da AP revela o seu caráter aberto às contribuições, advindas de cada pesquisa, construída, aprimorada e ampliada à luz dessa perspectiva. É exatamente isso que vem permitindo uma diversificação e complexificação de indicadores da avaliação de políticas públicas, orientados pela AP.

Considera-se, com isso, que essa trajetória, constituída em seu conjunto como um outro *ethos* epistemológico de avaliação (Gussi, 2015), encaminha-se para uma dimensão metodológica aberta, construída entre um arsenal de métodos e técnicas estabelecidos conforme a complexidade e particularidade de cada política em avaliação. Por isso, os aportes metodológicos da AP orientam-se à perspectiva de integração e uso de métodos mistos, a superar uma visão antagônica entre eles.

Isso reflete na busca por elementos que representem a interpretação sobre a política dos diversos atores nela envolvidos. Nesse sentido, a AP afirma-se na construção de um diálogo mais estreito com a antropologia e a etnografia, evidenciando-se estratégias metodológicas voltadas as dimensões relacionadas com a experiência e vivência dos atores a partir de suas próprias óticas. Cabe destacar que a coleta e a análise de dados têm sido enriquecidas pela aproximação aos aportes da ecologia política (Little, 2006) e da análise situacional (Van Velsen, 1987).

Contudo, tal aporte teórico-metodológico, amplo, multidimensional, profundo, faz emergir uma outra dimensão da AP, a ser considerada em estudos posteriores: a sua dimensão política, que coloca a avaliação de políticas públicas no bojo do Estado e suas tensões. Nessa dimensão, o fazer avaliativo está sujeito à agenda dos governos, mas também a suas contradições e embates.

No caso das experiências de avaliação analisadas neste artigo, os avaliadores, apesar de seus vínculos profissionais com as políticas avaliadas, não se constroem ao apresentar indicadores que, em teoria, se contrapõem criticamente aos objetivos e diretrizes das suas respectivas políticas, postura epistemológica pouco presente nas vertentes convencionais de avaliação.

Importante frisar que essas dimensões (e inquietudes) da AP desenvolvem-se tendo como pano de fundo uma perspectiva particular no campo da avaliação de políticas públicas. Nos seus marcos epistemológicos, metodológicos e políticos, sempre como exercício de reflexividade, deve-se perguntar como a AP responde a um questionamento fundante: qual, enfim, o sentido de avaliar? Avaliar em profundidade trata-se, como

horizonte, de compreender a experiência da política pública, aproximar-se dos múltiplos atores nela envolvidos, sobretudo daqueles que não participam dos processos políticos decisórios e estratégicos, na intenção de produzir novos indicadores que vislumbrem a produção de um conhecimento mais democrático sobre as políticas públicas.

Referências

Almeida, G. F. B. (2012). *Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na experiência de economia solidária da AMA/BUDEG'AMA* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Braga, R. S., Braga, A. F. S. (2014). *Positivismo e construtivismo nas teorias do conhecimento, da sociedade e das organizações*. (1ª Ed.). Rio de Janeiro: Contraponto.

Carvalho, A. M. P., Gussi, A. F. (2011, março). Perspectivas contemporâneas em avaliação de políticas públicas (Mesa redonda). *Seminário MAPP*. Universidade Federal do Ceará. Auditório José Albano, Fortaleza, CE, Brasil.

Cruz, D. M. (2019). Enfoques contra hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. *AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 1(15),161-173. Recuperado de: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/41553>

Gonçalves, A. F. (2008). Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais. *AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 1(1), 17-27. Recuperado de: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22512>

Gussi, A. F. (2008). Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. *AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 1(1), 29-39. Recuperado de: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22512>

_____ (2014). Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: H. A. Valente, R. M. N. Prados, & C. Schimidit (Org.). *A música como negócio*. São Paulo: Letra e Voz.

_____ (2017). *Avaliação de políticas públicas no Ceará: estudo da produção discente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

Gussi, A. F., Oliveira, B. R. (2015). Discutindo paradigmas contra hegemônicos de avaliação de políticas públicas. *Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*. Brasília/DF: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, Brasil, 1. Recuperado de: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32504>

_____ (2016). Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. *Desenvolvimento em Debate*, 4(1), 83-101.

Lejano, R. (2012). *Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto*. Campinas/SP: Ed. Arte Escrita.

Little, P. E. (2006). Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, 12(25), 85-103. Recuperado de: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7772>

Oliveira, R. F. (2011). A contra reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. *Revista Urutágua*, (24), 132-146. <https://doi.org/10.4025/urutagua.v0i24.10698>

Rodrigues, L. C. (2011). Avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. In: E. C. Prado, & E. M. N. Diógenes (Org.). *Avaliação de políticas públicas: entre educação & gestão escolar*. Maceió/AL: Edufal.

_____ (2008). Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 1(1), 7-16. Recuperado de: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22510>

_____ (2011). Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. *CAOS: Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 16, 55-73. Recuperado de: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/caos/issue/view/2356>

_____ (2016). Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. *Revista Desenvolvimento em Debate*, 4(1), 103-155. Recuperado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31893/0>

Silva, R. J. F. (2010). *Avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5970>

Van Velsen, J. A. (1987). Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: B. Feldman Bianco (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Global.